

Governo pode tentar algum ajuste, mesmo que abaixo do pretendido inicialmente

por Maria Clara R.M.do Prado
de Brasília

A primeira reação formal dos credores internacionais face as dificuldades que o Brasil encontra em cumprir o acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) deve ser sentida pelo negociador da dívida externa, Pedro Malan, na próxima semana quando retomará, em Nova York, as conversas com o comitê de bancos. A finalidade da reunião, anteriormente prevista, é acertar os detalhes finais do texto da minuta — "term-sheet" — da reestruturação do estoque da dívida de médio e longo prazos.

Apesar do ceticismo que tomou conta da equipe econômica com relação à perspectiva de introduzir um amplo e profundo ajuste fiscal, o governo vai se esforçar para não interromper em definitivo o acordo assinado com o FMI em janeiro deste ano e, como consequência, manter inalterados os termos já acertados com os bancos credores privados.

Fontes da área econômica informaram ontem para este jornal que alternativas estão sendo analisadas para se chegar a algum tipo de ajuste nas contas do governo mesmo que a intensidade fique abaixo do que se pretendia inicialmente. Ao governo têm chegado manifestações isoladas de certa apreensão por parte dos bancos credores privados, mas os interlocutores da área econômica procuram mostrar que vale a pena esperar até que se defina o caminho a seguir para garantir algum aumento na receita fiscal. Só depois de encontrar alternativas viáveis tanto na área da receita como também da despesa é que será enviada até Washington uma missão técnica negociadora para tentar retomar o acordo "stand-by" com o FMI.

CONTINUIDADE

Até lá, acreditam alguns técnicos mais otimistas do governo, será possível transmitir aos credores externos a sensação de que o programa econômico continua: "Vamos lembrar que muito já foi feito, que os cruzados novos foram devolvidos, que os preços foram liberados, que as tarifas públicas foram corrigidas, que estamos com reservas internacionais confortáveis, que o câmbio está ajustado, que avançamos nas regras para o capital estrangeiro, que tomamos medidas de liberalização do comércio externo e que a inflação apresentou queda antes de ter voltado a crescer mais recentemente", conforme enumerou para este jornal fonte credenciada da área econômica do governo.

Nesta visão mais otimista há tempo ainda para viabilizar os acordos já negociados na área externa, apesar de os fatos políticos internos terem contribuído para que se perdessem "uns seis meses" na evolução do programa econômico montado pela atual equipe.

O tempo, no entanto, não corre a favor do governo.

Sabe-se, por exemplo, que tão logo o Senado Federal venha a aprovar os termos do reescalonamento do estoque da dívida externa o FMI terá de mandar aos bancos credores uma carta fazendo uma avaliação do programa econômico brasileiro. Com base nesta carta é que os bancos se sentirão incentivados ou não a aderirem ao acordo da dívida externa.

RODADA

A previsão é de que Pedro Malan gaste entre uma ou duas semanas nesta próxima rodada de entendimento com o comitê de bancos destinada a acertar os detalhes da redação do texto final, palavra por palavra, nas mais de 300 páginas que vão abrigar todas as cláusulas do acordo do reescalonamento da dívida velha, representando US\$ 44 bilhões. É importante repassar cada palavra principalmente nas cláusulas consideradas mais delicadas como, por exemplo, aquela na qual o Brasil se compromete a colocar US\$ 3,2 bilhões para efeito de garantias — "enhancements" — independente da origem do dinheiro.

ARGENTINA

A fórmula acertada em princípio prevê que o Brasil colocará à disposição dos bancos, no ato de assinatura do acordo, US\$ 1 bilhão de suas reservas contra US\$ 1 bilhão de recursos de fontes externas, incluindo os organismos como FMI e Banco Mundial. Além deste nível, o País comprometeu-se a alocar em garantias um dólar para cada dólar adicional originário daqueles organismos internacionais. Esta relação ficou propositalmente vaga nos termos negociados em princípio com o comitê e isto dá margem ao País para contornar eventuais problemas concretos com relação ao desembolso de recursos dos organismos externos.

Uma das fontes com a qual conta o Brasil é justamente o empréstimo "standby" do FMI que totalizaria US\$ 2 bilhões, dos quais US\$ 500 milhões seriam alocados em "enhancements". Diante de dificuldades com as fontes externas, o País poderia valer-se das reservas internacionais para a alocação da totalidade dos US\$ 3,2 bilhões em garantias.

Outro ponto delicado envolve a cláusula pela qual o Brasil fica com o direito de não implementar o acordo caso a adesão dos bancos privados credores não seja "equilibrada" entre os sete diferentes instrumentos financeiros a serem oferecidos. Seria evitado assim um problema que a Argentina enfrenta pois 80% de seus bancos credores optaram pelo "par bond" — bônus ao par que não têm desconto de fase mas sim na taxa de juros — em vez do "discount bond" — bônus de desconto no valor de face com juro de mercado. A Argentina, diante da concentração das opções dos bancos, não teria recursos para cobrir a totalidade das garantias necessárias ao "par bond".